

ANÁLISE DA CRIAÇÃO DO ESTADO DO RIO SÃO FRANCISCO SOB A CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA

Fádia dos Reis Rebouças¹
Merissa Andrade Leite Barbosa²
Dante Severo Giudice³

RESUMO – A Mesorregião do Oeste da Bahia possui história de crescimento marcada por peculiaridades econômicas distintas das demais regiões do estado, estas, aliadas às suas características naturais e aos agentes de territorialização que nela atuaram, foram responsáveis pela identidade atualmente assumida pela região. Ainda que tardiamente a economia da região Oeste se desenvolveu e possui atualmente base diversificada, principalmente no setor agrícola, com destaque para a produção de grãos. A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de conhecimento do território baiano, mais especificamente da região pesquisada, na perspectiva de propor ações de intervenção sobre os problemas encontrados, assim como avaliar a principal proposta atualmente apresentada por parte do poder público: a criação do Estado do Rio São Francisco, que abranche todo o território da região e parte dos municípios da Mesorregião do Vale do Rio São Francisco. O trabalho contou com a pesquisa e seleção bibliográfica, além de entrevista semi-estruturada aplicada a representantes políticos do município de Barreiras.

PALAVRAS-CHAVE: Oeste Baiano; crescimento econômico; desenvolvimento social; Estado do Rio São Francisco.

INTRODUÇÃO

O Oeste Baiano compõe-se de todo o território da Mesorregião do Extremo Oeste e parte dos municípios da Mesorregião do Vale do São Francisco (regionalização estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Neste artigo, adota-se como Oeste todo o território do estado da Bahia situado à margem esquerda do Rio São Francisco, ou a delimitação anteriormente descrita (Figura 1).

A região em destaque possui aspectos físicos peculiares, com notáveis distinções entre os demais espaços do estado da Bahia. As características naturais mais marcantes do Oeste Baiano são o clima, o relevo e a rede hidrográfica. O clima predominante é o Tropical Continental, caracterizado por dois períodos bem distintos: um chuvoso e outro seco, verão e inverno, respectivamente, o território

¹Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Católica do Salvador. Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.

²Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em Geografia da Universidade Católica do Salvador.

³Graduado em Geologia e Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Geografia pela mesma instituição. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe.

possui também clima Tropical Semi-Árido. O relevo é composto por duas unidades, a Depressão Sertaneja e o Chapadão Ocidental do São Francisco. Os rios que banham a região fazem parte da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo os principais afluentes deste rio dentro do território baiano; vale ressaltar que neste espaço, à margem direita do São Francisco, encontram-se apenas rios intermitentes, característicos do clima semi-árido.



Figura 1 – Localização da Região Oeste do estado da Bahia (Brasil)

Ainda que tardiamente (a partir da segunda metade do século XX), a economia do Oeste se desenvolveu tornando-se o principal pólo agrícola do estado e possui atualmente base diversificada. A região insere-se na área do projeto de criação de uma nova Unidade da Federação, o Estado do Rio São Francisco, já sob avaliação do Senado Federal. Embora tenha conquistado expressivo crescimento econômico, a região do Oeste Baiano possui uma realidade social marcada pela desigualdade e deficiência de fatores básicos à existência, o que demonstra que o crescimento econômico não foi acompanhado pelo desenvolvimento social.

A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de conhecimento do território baiano, mais especificamente da região pesquisada, na perspectiva de propor ações de intervenção sobre os

problemas encontrados, assim como avaliar a principal proposta atualmente apresentada por parte do poder público: a criação do Estado do Rio São Francisco. O trabalho contou com pesquisa e seleção bibliográfica e trabalho de campo, quando foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas.

HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A história da ocupação do Oeste Baiano é marcada pela importância do Rio São Francisco, que se constituía no único meio de ligação da região com outros espaços, e posteriormente dos seus principais afluentes, situados à sua margem esquerda. O Além São Francisco e as Gerais – como eram chamadas as terras à margem esquerda do rio e as próximas das divisas com outros estados, respectivamente – eram distantes da rede baiana de maior dinamismo demográfico e econômico, o litoral do estado, caracterizado pelo cultivo da cana-de-açúcar nos solos férteis de massapê. As duas regiões são separadas pelo sertão seco e inóspito e de rios intermitentes, o que também dificultava o fluxo, uma vez que as redes técnicas de transportes eram incipientes.

No século XVII ocorreu a primeira iniciativa de ocupação da região com a inserção da bovinocultura por extensão, uma vez que o gado era uma mercadoria auto-transportável. Desta forma, o número de povoados à beira dos rios ampliou-se lentamente; à medida que tropeiros viajavam com o gado atravessando o sertão, alguns pontos de comércio se desenvolviam e com eles pequenos povoados. As terras do interior baiano foram concedidas através de sesmarias a duas famílias – os Garcia d'Ávila e os Guedes de Brito – o que se constituiu na origem da concentração de terras na região. O século XVIII (século do ciclo do ouro) foi marcado pela desaceleração da ocupação do Oeste Baiano. No ano de 1701, através de uma Carta Régia, o governo proibiu qualquer ligação entre os estados da Bahia e Minas Gerais a partir da navegação pelo Rio São Francisco.

No século XIX, os rios voltaram a ser importantes meios de ligação entre o sertão e o cerrado com outros espaços. Cresceu também a importância de grandes rios da região Oeste, como o Corrente, o Grande e o Preto. Neste contexto, é válido ressaltar a estrutura fundiária predominante na região: de um lado os grandes proprietários de latifúndios por extensão, criadores de gado, do outro os pequenos proprietários, com a agricultura de subsistência e criação incipiente de gado. O coronelismo dominava a política regional. Barra, localizada na atual Mesorregião do Vale do São Francisco, era a principal cidade da região.

O cenário acima descrito se manteve até a segunda metade do século XX. As políticas de integração territorial do governo federal na década de 1960 transformaram o cenário econômico do Oeste Baiano, a partir de ações exógenas. Investimentos públicos na área de infra-estrutura, aliados aos incentivos fiscais e aos baixos preços da terra, chamaram a atenção da região em outras áreas do estado e, principalmente, em outros estados do país, notadamente da região sul, onde os agricultores sofriam com solos empobrecidos devido às práticas agrícolas predatórias e aos altos preços da terra. Outro fator decisivo para a intensificação do uso do solo é a grande disponibilidade hídrica presente na região Oeste.

Desta maneira, a criação de gado sofreu relativo declínio e a região passou a ser dinamizada pelo cultivo de grãos, principalmente a soja, acompanhada de uma diversidade de culturas como o milho, o algodão, o arroz, dentre outras. A indústria chega lentamente, principalmente como suporte à produção primária – formando pequenos complexos agroindustriais, e para a produção de gêneros alimentícios. A Mesorregião do Oeste Baiano foi beneficiada pela ampliação da malha rodoviária nacional, o que facilitou o escoamento da mercadoria produzida. Essa rede técnica, mesmo que ampliada, ainda se faz incipiente para o atual crescimento da região.

A partir da década de 1970 a região do Oeste Baiano teve crescimento econômico acelerado, baseado ainda na estrutura de concentração dos principais fatores de produção, a terra e o capital. O latifúndio por extensão se transformou em empresa rural, uma unidade altamente produtiva e detentora de modernas tecnologias. De acordo com a estrutura fundiária pode-se caracterizar a região em dois espaços diferenciados: as áreas do Oeste, próximas às divisas com outros estados, caracterizadas pelo relevo aplainado (Chapadão Ocidental do São Francisco), logo favoráveis à mecanização, onde prevalecem as grandes propriedades detentoras das técnicas avançadas e as terras próximas ao vale, onde prevalece a agricultura de subsistência. Barreiras tornou-se pólo regional e tomou o lugar de Barra em importância econômica; atualmente divide tal relevância com Luís Eduardo Magalhães (LEM), detentor do segundo maior Produto Interno Bruto da região.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS

O Oeste Baiano caracteriza-se pela baixa densidade demográfica, 4,7 hab. / km², e é a região menos populosa da Bahia, 553.758 habitantes (IBGE, 2007), predominantemente residente da zona rural. A maioria dos municípios possui até 10 hab / km², de toda a região apenas 8 possuem entre 11 e

100 hab / km². Também em apenas 8 municípios (não coincidentes) predomina a população urbana sobre a rural (IBGE, 2000).

A taxa de urbanização é baixa na maioria dos municípios, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães se destacam com taxa de 75 % (SILVA et all, 2004). Exceto Barreiras e Santa Maria da Vitória, todas as cidades da região possuem população inferior a 20 mil habitantes, (IBGE, 2000). No contexto da hierarquia urbana, Barreiras situa-se como Centro Regional de 1º nível, Santa Maria da Vitória como Centro Microrregional e as demais como Centros Locais.

A atividade econômica da região do Oeste Baiano, mesmo com a maior diversificação assistida no final do século XX e início do século XXI, ainda baseia-se no setor primário. O destaque é a produção de grãos, por sua vez liderada pela soja, que em 2007 foi responsável por 4 % da produção nacional e 56 % da produção da região Nordeste. A cotonicultura e a produção de milho também têm evidência na matriz econômica da Região Oeste. A primeira é uma atividade que agrega elevada tecnologia, a região é responsável por 97 % da produção estatal e está em segundo lugar na escala nacional, além de possuir uma das maiores cadeias produtivas de algodão da América Latina. O milho responde por 50% da produção estatal, tendo aumento de 80,6 % na produtividade entre as safras de 2005/06 e 2006/07, (AIBA, 2007).

Ainda no setor primário, destacam-se as produções de café irrigado, arroz, fruticultura (com a técnica de irrigação pivô central), capim e sorgo. A pecuária bovina e a ovinocaprinocultura também fazem parte da matriz econômica do Oeste baiano. As atividades de subsistência caracterizam-se pela mandiocultura, plantio de milho, arroz, feijão e a pecuária. A indústria surge principalmente como suporte à produção agrícola e de gêneros alimentícios, porém ainda se faz incipiente e concentrada, notadamente nos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Tem-se ainda a produção artesanal e fabricação de telhas e cerâmicas. O ecoturismo e o turismo científico têm ganhado força. Entre os anos de 1991 e 2000 a economia do Oeste baiano cresceu cerca de 246 %.

O crescimento econômico da Mesorregião do Oeste Baiano, entretanto, não foi acompanhado pelo desenvolvimento social. A política de concentração de renda pontuou também as áreas atingidas pelos investimentos em saúde, educação, saneamento básico, dentre outros, resultando em um espaço marcado pelas desigualdades de renda e condições de vida. O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado a partir dos dados dos censos de 1991 e 2000, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra o baixo Índice de Desenvolvimento Humano da região em destaque e a já mencionada concentração de renda.

Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério juntos respondem por mais de 60 % do PIB da região. Apenas os municípios de Barreiras, Mansidão e São Félix do Coribé possuem taxas de

analfabetismo inferiores à média baiana, que é de 21,6 % (IBGE, 2000), 19 dos 23 municípios estão acima dos 25 %. Vale ressaltar que LEM não foi considerado nesta pesquisa, pois o IBGE utilizou para o censo 2000 a divisão político-administrativa do censo anterior, de 1991. 44 % dos domicílios da Região Oeste não possuem instalação sanitária. O panorama social do Oeste baiano revela as necessidades de investimentos em qualidade de vida e maior distribuição de renda e serviços básicos.

A intensa e acelerada transformação no uso do solo da região do Oeste da Bahia causou processos de degradação com as mesmas características, atualmente já é possível notar sérios impactos ao meio natural, tais como: diminuição da vazão dos rios que drenam a região, assoreamento, aumento das queimadas, redução da biodiversidade, entre outros. A intensificação de práticas causadoras destes danos e a não preocupação com a política de conservação do meio natural, em médio e longo prazos, causará danos irreversíveis ao ambiente, além de comprometer a produção agrícola.

CRIAÇÃO DO ESTADO DO RIO SÃO FRANCISCO

A atual configuração político-administrativa do território brasileiro poderá ser alterada, um Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Câmara de Deputados ao Senado Federal propõe a criação de novas Unidades da Federação a partir do desmembramento dos estados do Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. Deste será criado o Estado do Rio São Francisco, que abrange a mesorregião do Oeste Baiano e outros 11 municípios da mesorregião do Vale Sanfranciscano.

A História da região Oeste demonstra falta de identidade territorial com o estado da Bahia. No século XVI a mesma pertencia à Capitania de Pernambuco, assim como todas as terras à margem esquerda do Rio São Francisco. Com o fim das Capitânicas Hereditárias e a idéia de emancipação de Pernambuco, já no século XIX, a então comarca do Rio São Francisco foi anexada à província de Minas Gerais, permanecendo por pouco tempo. Devido às dificuldades de administração, a região em destaque volta a fazer parte de Pernambuco. Após novo ato revolucionário por parte do movimento de emancipação, no ano de 1824 a comarca voltou a ser administrada – desta vez com caráter provisório – pela província mineira. Por desacordos políticos entre D. Pedro I e os líderes mineiros, também com caráter provisório, no ano de 1826 a comarca do Rio São Francisco foi anexada à Bahia.

A primeira tentativa de emancipação foi em 1830, com a finalidade de transformar a então comarca em província, mas não houve repercussão. Outros projetos com o mesmo objetivo surgiram, porém sem notoriedade. No final do século XX, ano de 1998, foi apresentado o Projeto de Decreto

Legislativo (631-98) que ganhou, principalmente nos dias atuais, grande popularidade, e se constitui em tema de discussão em todas as esferas da sociedade.

A população dos municípios de Barreiras, São Desidério, Angical, Baianópolis, Santa Maria da Vitória, Cristópolis e Cotegipe se mobilizam para pedir pressa na aprovação da criação do Estado do Rio São Francisco, parte do estado da Bahia que tem um grande desenvolvimento do agronegócio e falta apoio público em obras para escoamento da produção. (CMI Brasil, 2007)

O descaso histórico que o Oeste sofreu por parte dos governos do estado da Bahia, em relação a investimentos nos setores da economia e no social, tais como infra-estrutura (principalmente para o escoamento da produção), saúde e educação, se constitui na principal reivindicação do movimento de emancipação. Vale ressaltar o caráter interestadual dos investimentos que elevaram a economia da região às características atuais, que, mesmo desfrutando de atrativos governamentais, a exemplo dos incentivos fiscais, podem servir como reforço à falta de identidade territorial mencionada nas primeiras linhas deste capítulo.

O ideário de emancipação apenas pode adquirir força quando há no espaço a ser desagregado características identitárias. Estas são determinadas por regionalismos, compostos por aspectos histórico-culturais, econômicos, além de fisiográficos. Diante do exposto acerca do Oeste Baiano, com ênfase para o capítulo *História da Ocupação do Território*, é notável a distinção entre as terras do Além São Francisco e as Gerais e as demais regiões do estado da Bahia.

Um outro fator pode se mostrar favorável à revisão da atual divisão político-administrativa do território brasileiro e formação de outras Unidades da Federação. Trata-se da teoria, ao ver conveniente, que considera que a eficácia da administração é inversamente proporcional ao tamanho do território. Para isso, certamente, deve-se considerar a auto-suficiência do espaço a ser desmembrado, por conseqüência a sua capacidade e potencialidade de aliar crescimento econômico e desenvolvimento social.

O crescimento econômico da Mesorregião do Oeste Baiano não foi acompanhado pela melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Num esforço de síntese e com o objetivo de demonstrar informações concretas da região, foram dispostos no quadro 1 aspectos socioeconômicos dos 35 municípios componentes do Estado do Rio São Francisco, expondo algumas das necessidades da população.

Quadro 1 – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: MUNICÍPIOS FORMADORES DO ESTADO DO RIO SÃO FRANCISCO* E ESTADO DA BAHIA

	1. População absoluta (2000)	2. PIB (R\$ milhões) (2005)	3. Índice de Gini	4. IDH (renda)	5. Taxa de analfabetismo	6. Taxa de desocupação	7. Intensidade da pobreza	8. % de domicílios com inexistência de instalação sanitária
Estado do Rio São Francisco	742.644	5.530,43	0,6	0,62	30,5	13,0 %	63,0 %	47,2
Bahia	13.070.250	90.942,99	0,66	0,68	21,6	18,4 %	53,6 %	24,0

* O município de Luís Eduardo Magalhães apenas foi considerado nos itens 1 e 2 devido a não contemplação do mesmo no Censo 2000.

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; IBGE – Censo Demográfico, 2000; SEI / IBGE Produto Interno Bruto Municipal (PIB), 2005.

Elaborado pelos autores.

Caso seja aprovado o projeto de lei, o novo estado contará com um território de 174.298 km², uma população de quase um milhão de habitantes e 35 municípios, todo o território baiano à margem esquerda do Rio São Francisco: os municípios de Barra, Buritirama, Cariranha, Casa Nova, Feira da Mata, Campo Alegre de Lourdes, Muquém do São Francisco, Pilão Arcado, Remanso, Serra do Ramalho e Sítio do Mato, situados na Mesorregião do Vale Sanfranciscano, e toda a Mesorregião do Oeste Baiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade sócio-econômica da região do Oeste Baiano, podem-se inferir algumas considerações. A região em destaque necessita de investimentos sócio-econômicos menos pontuais, de forma a contemplar uma parcela maior da população na perspectiva de minimizar as desigualdades

sociais. Vale ressaltar a estrutura social presente na região, baseada na grande propriedade de terra, concentrações de renda e serviços básicos, assim como a maneira como chegou o crescimento econômico, que se deu de forma exógena, sem a participação da população local menos favorecida.

Todas as pesquisas voltadas para a economia trouxeram as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães como destaque, o que não seria assustador – uma vez que a primeira se constitui em sua cidade pólo e a segunda um desmembramento da anterior – caso não fosse tão distante ao comparar com a realidade dos outros municípios.

A atenção para as transformações – e intensidade destas – que o meio natural da região oeste sofreu nos últimos anos se faz necessária. O crescimento econômico caracterizado como acelerado causou o desmatamento e o uso intensivo do solo do cerrado de forma intensa em um curto período de tempo. A atual meta de crescimento, aliada à possibilidade de irreversibilidade dos danos causados ao ambiente, exige atitudes por parte do poder público (local e do estado) com o objetivo de monitorar a expansão indiscriminada das áreas cultivadas, assim como seu manejo adequado.

A criação do Estado do Rio São Francisco poderá ou não manter a estrutura vigente, dependerá das novas prioridades do poder público local. Minimizar as desigualdades, indubitavelmente, não implica em emancipação.

REFERÊNCIAS

Anuário Região Oeste da Bahia: safra 2005/06. Barreiras: Aiba, Abrapa, Fundação Bahia, FUNDEAGRO, 2005. Disponível em <http://www.aiba.org.br/informaiba/ANUARIO_05_06.pdf>. Acesso em setembro de 2007.

Anuário Região Oeste da Bahia: safra 2006/07. Barreiras: Aiba, Abrapa, Fundação Bahia, FUNDEAGRO, 2007. Disponível em <<http://www.aiba.org.br/informaiba/anuario2007.pdf>> Acesso em setembro de 2007.

Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) <<http://www.aiba.org.br>>. Acesso em setembro de 2007.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. <<http://www.sei.ba.gov.br>>.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo, 2000)**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em outubro de 2007.

_____. Contagem da População (2007). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2008.

Centro de Mídia Independente (CMI Brasil). **A POPULAÇÃO REIVINDICA A CRIAÇÃO DO ESTADO DO RIO SÃO FRANCISCO.** Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/03/311247.shtml>. Acesso novembro de 2007.

Fundação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano (FUNDAÇÃO BAHIA). <<http://www.fundacaoba.com.br>>. Acesso em outubro de 2007.

_____. A Cultura do Algodão no Oeste da Bahia. Disponível em <http://www.fundacaoba.com.br/proj_algodao/index.php>. Acesso outubro de 2007.

SANTOS, C. R. PINHO, S. A. de. **Breve histórico de ocupação da Bahia em três grandes áreas.** Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_60vol01/cap_03.pdf>. Acesso outubro de 2007.

SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. et all. **Atlas escolar Bahia: espaço geo-histórico e cultural.** 2ª ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, S. B. de M. e et all. **Estudos sobre globalização território e Bahia.** Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003.

MENDONÇA. J. O. **O potencial de crescimento da produção de grãos no Oeste da Bahia.** Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Revista Bahia Agrícola. Vol. 7, nº 2, p. 38 – 46, abril de 2006. Disponível em <www.seagri.ba.gov.br/pdf/socioeconomia2_v7n2.pdf>. Acesso outubro de 2007.

MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DAS ÁRES IRRIGADAS NA REGIÃO OESTE DA BAHIA. Disponível em <<http://www.bndes.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em outubro de 2007.